



Número: **0015965-45.2016.8.07.0015**

Classe: **FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Órgão julgador: **Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF**

Endereço: **SMAS Trecho, 3 Lotes 04/06, Fórum José Júlio Leal Fagundes, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF, CEP: 70610-906**

Última distribuição : **26/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 65.286.154,65**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**

Objeto do processo: **SISTJ**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL") (AUTOR MASSA FALIDA DE)	
	ADELINO SILVA NETO (ADVOGADO)
ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL") (RÉU MASSA FALIDA DE)	
	ADELINO SILVA NETO (ADVOGADO)

Outros participantes	
PIRACEMA PARTICIPACOES, LTDA. (INTERESSADO)	
	FERNANDO JOSE DA COSTA FILHO (ADVOGADO)
BANCO BRADESCO S.A. (INTERESSADO)	
	MATILDE DUARTE GONCALVES (ADVOGADO) EZIO PEDRO FULAN (ADVOGADO)
BANCO CATERPILLAR S.A. (INTERESSADO)	
	DARCI NADAL JUNIOR (ADVOGADO) CLEUZA ANNA COBEIN (ADVOGADO)
BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. (INTERESSADO)	
	GIANMARCO COSTABEBER (ADVOGADO)
BANCO DO BRASIL SA (INTERESSADO)	
	MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (ADVOGADO)
TOTVS S.A. (INTERESSADO)	
	CATARINA BEZERRA ALVES (ADVOGADO)
AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA (INTERESSADO)	
SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA (INTERESSADO)	

	CARLOS EDUARDO F. DOS SANTOS JACINTO (ADVOGADO) MARCOS VINICIUS MENDONCA FERREIRA LIMA (ADVOGADO)
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A (INTERESSADO)	
	MARIO DE FREITAS MACEDO FILHO (ADVOGADO)
BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA (INTERESSADO)	
	SIMONE BORELLI LIZA (ADVOGADO)
BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A (INTERESSADO)	
BRASQUIMICA PRODUTOS ASFALTICOS LTDA (INTERESSADO)	
	LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (ADVOGADO)
BRB BANCO DE BRASILIA SA (INTERESSADO)	
	PAULA JULIANA PEREIRA VIEIRA (ADVOGADO) DURVAL GARCIA FILHO (ADVOGADO)
ITAU UNIBANCO S.A. (INTERESSADO)	
	RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARAES (ADVOGADO)
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A (INTERESSADO)	
	DIRCEU MARCELO HOFFMANN (ADVOGADO)
SEM PARAR INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA (INTERESSADO)	
	EDUARDO TADEU GONÇALES (ADVOGADO) TATIANA TEIXEIRA (ADVOGADO)
CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP (INTERESSADO)	
	PAULA CARVALHO FERREIRA (ADVOGADO)
CICERO FERNANDES DE ARAUJO (INTERESSADO)	
	SIRNELANGE FRANCA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
HIGH YIELD DISTRESSED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS (INTERESSADO)	
	EUGENIO BESCHIZZA BORTOLIN (ADVOGADO)
MACHADO GOBBO ADVOGADOS (INTERESSADO)	
	LEANDRO OLIVEIRA GOBBO (ADVOGADO)
MSP AGREGADOS LTDA (INTERESSADO)	
	RODRIGO JOÃO ROSOLIM SALERNO (ADVOGADO)
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA (INTERESSADO)	
	CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO)
CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A (INTERESSADO)	
	JULIANO RICARDO SCHMITT (ADVOGADO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (INTERESSADO)	
	FABIANA RODRIGUES DA CUNHA (ADVOGADO)
BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA (INTERESSADO)	
	FERNANDO ANTONIO FONTANETTI (ADVOGADO) LUIZ GASTAO DE OLIVEIRA ROCHA (ADVOGADO) ALEXANDRE BORGES LEITE (ADVOGADO)
ADELINO SILVA NETO (ADMINISTRADOR JUDICIAL)	
	ADELINO SILVA NETO (ADVOGADO)

MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS (FISCAL DA LEI)	
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (INTERESSADO)	
VOTORANTIM CIMENTOS S/A (INTERESSADO)	
	CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (ADVOGADO)
THALLYSON FELIPE ARAUJO DE LIMA (INTERESSADO)	
	PAULA PIMENTEL E SILVA (ADVOGADO)
ANTONIO MANOEL DOS SANTOS (INTERESSADO)	
	LUCILENE APARECIDA DE LIMA (ADVOGADO)
MARCOS ROBERTO BARTELEGA DA CRUZ (INTERESSADO)	
	EDUARDO AUGUSTO VIANNA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
ADALTON ADANS DE MAGALHAES (INTERESSADO)	
	EDUARDO AUGUSTO VIANNA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
VICENTE MARCHI NETO (INTERESSADO)	
	CECILIA CAVALCANTE GARCIA ROMANO (ADVOGADO)
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL (INTERESSADO)	
CONCRETA FOMENTO MERCANTIL LTDA (INTERESSADO)	
	ANDRE LUIZ SOUZA DA SILVEIRA (ADVOGADO) LUIS FELIPE FREIRE LISBOA (ADVOGADO)
JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA (INTERESSADO)	
ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA (INTERESSADO)	
	WENDI PALACIO TOME (ADVOGADO) KEILLE COSTA FERREIRA SILVA (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
235971211	16/05/2025 16:31	Sentença	Sentença

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios
Empresariais do DF
SMAS Trecho, 3 Lotes 04/06, Fórum José Júlio Leal Fagundes, Setores
Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefone: ()
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

Processo nº: 0015965-45.2016.8.07.0015

Ação: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

Requerente: ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")

REU: ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")

SENTENÇA

Trata-se da recuperação judicial de ETEC - EMPREENDIMENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.

O plano de Recuperação Judicial de ID. 40746603 foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 30/09/2016 (ID. 40747788), tendo sido homologado pela sentença de ID. 165575662, proferida em 27/07/2023.

O Administrador Judicial informou que o Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 27 de julho de 2023 e entre as cláusulas previstas no plano, constava a alienação de bens imóveis para pagamento dos credores, especificamente a venda do "Imóvel SIA", avaliado em R\$ 19.724.000,00. Alega que a alienação do referido Imóvel ocorreu por um valor de R\$ 15.000.000,00, inferior ao montante previsto inicialmente, sendo paga parcialmente em espécie e por meio de imóveis. Aduz que o plano previa a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para a administração do imóvel alienado, o que não foi realizado. Afirma que o Ministério Público, em várias manifestações, destacou as falhas da Recuperanda em atender às disposições do plano, especialmente quanto à criação da SPE e à completa prestação de contas sobre a venda do Imóvel SIA. Diz que diante do descumprimento, o Juízo determinou uma série de exigências, incluindo a apresentação de contratos, transferências cartorárias, certidões de ônus e comprovação de pagamento aos credores, bem como alertou que o descumprimento poderia resultar na convocação da recuperação judicial em falência. Declara que a Recuperanda alega dificuldades em formalizar a constituição da SPE junto à Junta Comercial e, apesar de reiteradas tentativas e prazos concedidos, a recuperanda não cumpriu as exigências do plano, como a criação da SPE e a integral disponibilização dos valores obtidos com a venda do imóvel. Além disso, os pagamentos aos credores não foram feitos de maneira correta e transparente, descumprindo as disposições acordadas, salientando que a recuperanda solicitou dilação de prazo para atender às exigências, sem, no entanto, apresentar qualquer documento comprobatório concreto até o momento. Ao final, requereu: a) Imposição de um prazo final para apresentação dos documentos pendentes e realização dos pagamentos sob



pena de convalidação em falência, conforme a Lei nº 11.101/2005; b) apreciação do pedido de contratação de uma contadora para auditoria dos balancetes contábeis e verificação da aplicação dos valores obtidos com a venda do Imóvel SAI e, c) Alternativamente, que o Setor de Perícias do Ministério Público avalie a regularidade das contas da Recuperanda, incluindo a conciliação bancária das receitas, para evitar fraudes e confusão patrimonial.

A decisão de ID. 216719592 destacou que, neste estágio processual, a prioridade é a verificação do adimplemento das obrigações vencidas. Para tanto, determinou a intimação da Recuperanda a fim de que comprove o pagamento integral de todas as obrigações vencidas, nos termos estabelecidos no plano de recuperação judicial, sob pena de convalidação da recuperação em falência.

Devidamente intimada, a recuperanda não se manifestou nos autos, ID. 227691937.

O administrador judicial requereu a convalidação da recuperação judicial em falência, ID. 229790386.

O Ministério Público requereu a derradeira intimação da recuperanda para que comprove o pagamento de todas as obrigações vencidas, nos termos do plano de recuperação judicial ou o ajuizamento das respectivas ações de consignação em pagamento, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência, ID. 230154689.

Novamente intimada a comprovar o pagamento de todas as obrigações vencidas, a recuperanda permaneceu inerte, ID. 233677741.

O administrador judicial requereu a convalidação da recuperação judicial em falência, ID. 234697722.

O Ministério Público requereu a convalidação da recuperação judicial em falência, ID. 234800415.

É o relatório. Decido.

Trata-se de pedido de convalidação em falência da recuperação judicial.

O art. 73 da LF dispõe sobre a convalidação da recuperação em falência:

“Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

I – por deliberação da assembléia-geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei;



II – pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo do art. 53 desta Lei;

III – quando não aplicado o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 desta Lei, ou rejeitado o plano de recuperação judicial proposto pelos credores, nos termos do § 7º do art. 56 e do art. 58-A desta Lei;

IV – por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei;

V - por descumprimento dos parcelamentos referidos no art. 68 desta Lei ou da transação prevista no [art. 10-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#); e

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.”

No caso dos autos, a Recuperanda, embora tenha sido intimada em mais de uma oportunidade, deixou de comprovar o adimplemento de todas as obrigações vencidas durante o prazo de fiscalização.

Assim, a recuperanda incidiu na regra do artigo 73, IV, da LRJF.

Além disso, a recuperanda ainda deixou de regularizar seu passivo fiscal, de forma a incidir também na regra do art. 73, V, da LF.

Assim, a convalidação da recuperação judicial em falência é medida que se impõe.

Dispositivo

Ante o exposto, **CONVOLO EM FALÊNCIA, nesta data, a RECUPERAÇÃO JUDICIAL de ETEC - EMPREENDIMIENTOS TECNICOS DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, sociedade limitada, estabelecida no SETOR STR DE IND. E ABAST TRECHO 4 LOTES 520 E 530 SALA 01 1º ANDAR ZONA INDUSTRIAL BRASÍLIA/DF – CEP: 71200-040 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.505.321/0001-48, dedicada à CONSTRUÇÃO CIVIL, COMPREENDENDO: TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, URBANIZAÇÃO. CONSTRUÇÃO DE ESTRADA, SANEAMENTO, OBRAS DE ARTE, CONSULTORIA TÉCNICA, INCORPORAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS, ADMINISTRAÇÃO DE BENS EM GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTE DE ROCHA COM USO DE EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTO PERIGOSO (INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO), EXCLUSIVAMENTE PARA UTILIZAÇÃO EM SUA ATIVIDADE FIM DE PAVIMENTAÇÃO. E OFICINA DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, BEM COMO PÁTIO PARA SUA GUARDA E MANOBRAS, EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, ALÉM DE DEPÓSITO E ALMOXARIFADO DE MERCADORIAS, conforme descrito na certidão simplificada de ID. 40748124, página 17.**

São sócios administradores GUSTAVO FEU FERREIRA DIAS, CPF: 665.184.601-15; ADRIANA FEU FERREIRA DIAS MUNIZ – CPF: 602.723.091-86; FELIPE FEU FERREIRA DIAS CARVALHO, CPF:



Fixo o termo legal da falência em 90 (noventa) dias contados retroativamente a partir de 25/08/2016, data do protocolo do pedido do pedido de recuperação judicial.

DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

1. Nomeio como Administrador Judicial ADELINO SILVA NETO, OAB DF0024755S.

Desnecessária a expedição de novo termo de compromisso.

1.1 A administradora judicial deverá manter endereço eletrônico na internet, com informações atualizadas sobre o processo de falência, com a opção de consulta às peças principais do processo, bem como deverá manter endereço eletrônico específico para o recebimento de pedidos de habilitação ou a apresentação de divergências, ambos em âmbito administrativo, com modelos que poderão ser utilizados pelos credores, nos termos do art. 22, inciso I, alíneas 'k' e 'l', da LF.

1.2 Deverá providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as respostas aos ofícios e às solicitações enviadas por outros juízos e órgãos públicos, sem necessidade de prévia deliberação do juízo, nos termos do art. 22, inciso I, alínea 'm', da LF; bem como cumprir as demais atribuições previstas no art. 22, III, da LF, especialmente relacionar os processos e assumir a representação judicial e extrajudicial, incluídos os processos arbitrais, da massa.

1.3 Deverá ainda proceder (i) à venda de todos os bens da massa falida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição, salvo por impossibilidade fundamentada, reconhecida por decisão judicial (art. 22, III, j, da LF); e (ii) arrecadar os valores dos depósitos realizados em processos administrativos ou judiciais nos quais o falido figure como parte, oriundos de penhoras, de bloqueios, de apreensões, de leilões, de alienação judicial e de outras hipóteses de constrição judicial, ressalvado o disposto nas Leis n° 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 12.099, de 27 de novembro de 2009, e na Lei Complementar n° 151, de 5 de agosto de 2015 (art. 22, III, s, da LF).

1.4 Deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação, apresentar plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias a partir da juntada de cada auto de arrecadação, na forma do inciso III do caput do art. 22, desta Lei (art. 99, §3º, da LF).

1.5 Deverá colher as informações dos representantes legais do falido, nos termos do art. 104 da LF.



1.6. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, para adoção do rito da falência frustrada (artigo 114-A da LF).

1.7 Além disso, quando da realização do rateio, este juízo tem encontrado sobremaneira dificuldade no pagamento dos créditos em virtude de ausência de dados essenciais para a concretização dessa diligência, sobretudo em virtude ora da inércia dos credores, ora do próprio mecanismo de pagamento das instituições financeiras, entrave que vem causando especial demora na marcha processual.

Assim, considerando o disposto no art. 22, inciso I, alíneas 'd' e 'f', c/c inciso III, alínea 'i', da LF, o qual atribui ao administrador judicial exigir dos credores quaisquer informações, consolidar o passivo e praticar os atos necessários para o pagamento dos credores, determino que ao elaborar a segunda relação de credores e o QGC, além do nome do credor, CPF, valor e classificação do crédito, o administrador judicial deverá indicar o meio de pagamento do crédito (indicação chave Pix ou conta bancária do credor) e, ainda, a indicação do ID. de eventual procuração do advogado com poderes para receber e dar quitação, devendo o administrador judicial empregar todas as diligências necessárias para cumprir o seu mister.

DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE FALÊNCIA

2. Diante da universalidade do juízo falimentar, ordeno a suspensão (i) da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei e (ii) das ações e execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à falência; e proíbo qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à falência, mantidos os autos no juízo onde se processam, suspensão que não atingirá as ações previstas no art. 6º, §§ 1º e 2º, da LF.

3. Advirto a falida e seu sócio sobre a indisponibilidade de seus bens (inc. VI, do art. 99, da LRF).

3.1 A decretação da falência ainda impõe aos representantes legais do falido os seguintes deveres, nos termos do art. 104, da LF, sob pena de crime de desobediência:

I - assinar nos autos, desde que intimado da decisão, termo de comparecimento, com a indicação do nome, da nacionalidade, do estado civil e do endereço completo do domicílio, e declarar, para constar do referido termo, diretamente ao administrador judicial, em dia, local e hora por ele designados, por prazo não superior a 15 (quinze) dias após a decretação da falência, o seguinte: a) as causas determinantes da sua falência, quando requerida pelos credores; b) tratando-se de sociedade, os nomes e endereços de todos os sócios, acionistas controladores, diretores ou administradores, apresentando o contrato ou estatuto social e a prova do respectivo registro, bem como suas alterações; c) o nome do contador encarregado da escrituração dos livros obrigatórios; d) os mandatos que porventura tenha outorgado, indicando seu objeto, nome e endereço do mandatário; e) seus bens imóveis e os móveis que não se encontram no estabelecimento; f) se faz parte de outras sociedades, exibindo respectivo contrato; g) suas contas bancárias, aplicações, títulos em cobrança e processos em andamento em que for autor ou réu;



II – depositar em cartório, no ato de assinatura do termo de comparecimento, os seus livros obrigatórios, a fim de serem entregues ao administrador judicial, depois de encerrados por termos assinados pelo juiz;

II - entregar ao administrador judicial os seus livros obrigatórios e os demais instrumentos de escrituração pertinentes, que os encerrará por termo;

III – não se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa ao juiz, e sem deixar procurador bastante, sob as penas cominadas na lei;

IV – comparecer a todos os atos da falência, podendo ser representado por procurador, quando não for indispensável sua presença;

V – entregar, sem demora, todos os bens, livros, papéis e documentos ao administrador judicial, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros;

V - entregar ao administrador judicial, para arrecadação, todos os bens, papéis, documentos e senhas de acesso a sistemas contábeis, financeiros e bancários, bem como indicar aqueles que porventura estejam em poder de terceiros;

VI – prestar as informações reclamadas pelo juiz, administrador judicial, credor ou Ministério Público sobre circunstâncias e fatos que interessem à falência;

VII – auxiliar o administrador judicial com zelo e presteza;

VIII – examinar as habilitações de crédito apresentadas;

IX – assistir ao levantamento, à verificação do balanço e ao exame dos livros;

X – manifestar-se sempre que for determinado pelo juiz;

XI – apresentar, no prazo fixado pelo juiz, a relação de seus credores;

XI - apresentar ao administrador judicial a relação de seus credores, em arquivo eletrônico, no dia em que prestar as declarações referidas no inciso I do caput deste artigo; e

XII – examinar e dar parecer sobre as contas do administrador judicial.

DO CADASTRAMENTO DOS INTERESSADOS

A lei não reconhece aos credores, tanto nas ações de falências quanto nas de recuperações judiciais, quer a condição de partes, quer a de terceiros intervenientes.

Os credores não são autores nem réus no processo e, portanto, não ocupam quaisquer dos polos da relação jurídica processual. Da mesma forma, a lei não prevê que eles ingressem no processo e atuem como terceiros intervenientes.

Ocorre que, não obstante o tratamento dispensados pela lei, mas ciente que os credores aguardam ansiosos pela evolução dos processos de recuperação judicial e de falência a fim de que sejam pagos seus créditos, este Juízo vinha admitindo que eles fossem cadastrados como terceiros, vinculando seus procuradores ao processo principal.



Contudo, tal procedimento se mostrou extremamente prejudicial ao bom andamento da marcha processual e, portanto, contrário aos interesses dos próprios credores.

Verificou-se, na prática, que o cadastro dos credores como intervenientes nos processos de recuperação judicial e de falência implicou a distribuição de inúmeras petições, com pedidos das mais diversas ordens e que na maior parte das vezes invadem atribuições privativas do administrador judicial, o que causa enorme tumulto processual.

Ademais, revelou-se um grande incremento da complexidade dos trabalhos para preparação de comunicação dos atos processuais, tendo em vista o agora imenso número de interessados cadastrados nos processos, o que torna os trabalhos deste Ofício Jurisdicional muito mais morosos e, por conseguinte, atrasa a marcha processual.

4. Ante o exposto, seja pela ausência de previsão legal de participação dos credores como partes ou como terceiros intervenientes nas ações de falências e de recuperações judiciais, seja pelo tumulto processual que tal participação implica comprometendo a celeridade processual e, portanto, os próprios interesses dos credores, **indefiro, desde já, os pedidos de cadastro dos credores e de seus advogados no processo principal de falência e determino, oportunamente, o descadastramento dos interessados já habilitados nos autos.**

Tal decisão não impede que os credores e seus advogados obtenham, sempre que desejarem, informações atualizadas do andamento do processo, que é público e não tramita em sigilo, pelo que não os causa qualquer prejuízo.

DAS HABILITAÇÕES DE CRÉDITO

5. Reafirmo o prazo legal de 15 (quinze) dias, contados do edital de publicação desta sentença, para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos de seus créditos, advertidos que as declarações intempestivas só poderão ser feitas mediante recolhimento de custas e através de advogado com procuração regular.

5.1 Advirto ainda aos credores que somente após a publicação do edital da segunda relação de credores (art. 7º, §2º, da LF) é que será possível a apresentação de habilitação de crédito retardatária (art. 10º da LF), inclusive, mediante ação própria.

5.2 **Assim, determino, desde já, à Secretaria o cancelamento de qualquer habilitação de crédito/impugnação que porventura forem protocoladas erroneamente nestes autos.**

DAS DILIGÊNCIAS DIVERSAS



6. Expeça-se mandado de lacre do estabelecimento empresarial, nos termos do inc. XI, do art. 99, da LRF, e de arrolamento de eventuais bens componentes do estabelecimento empresarial (art. 1142, do Código Civil de 2002), inclusive numerário em caixa.

Em caso de necessidade, fica o(a) administrador(a) judicial autorizado a requisitar reforço policial, bem como fica autorizado o meirinho a realizar o arrombamento.

7. Determino o bloqueio e a transferência para uma conta judicial das quantias eventualmente existentes em contas cadastradas em nome da falida, pelo sistema SISBAJUD. Determino também a inscrição da falida no CNIB – Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens.

8. Determino o bloqueio total de eventuais veículos automotores em nome da requerida pelo sistema RENAJUD.

9. Determino a realização de pesquisa e bloqueio de imóveis em nome da sociedade falida e de seus sócios, por meio do sistema ONR; bem como a pesquisa das declarações de bens e rendas dos últimos 03 (três) exercícios, da sociedade e de seus sócios, observado o sigilo legal.

10. Intimem-se, por meio eletrônico, o Ministério Público e as Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência.

Essa intimação eletrônica das pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração pública indireta dos entes federativos deverá ser direcionada: I - no âmbito federal, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil; II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, à respectiva Procuradoria-Geral, à qual competirá dar ciência a eventual órgão de representação judicial específico das entidades interessadas; e III - no âmbito dos Municípios, à respectiva Procuradoria-Geral ou, se inexistir, ao gabinete do Prefeito, à qual competirá dar ciência a eventual órgão de representação judicial específico das entidades interessadas.

11. Publique-se edital eletrônico com a íntegra do presente decisum e da relação de credores atualizada, devendo ser observado o item 12.

12. Intime-se o administrador judicial para apresentar, no prazo de 05 dias, relação nominal dos credores atualizada da falida, conforme preceitua o inc. III, do art. 99, da LRF.

12.1. Intime-se o representante legal da falida para prestar primeiras declarações diretamente ao administrador judicial, nos termos do art. 104 da LF, sob pena de responder por crime de desobediência (artigo 104, parágrafo único, da Lei 11.101/05).



A intimação da falida será realizada com a publicação desta decisão.

DOS OFÍCIOS DIVERSOS (CNPJ N° 00.505.321/0001-48)

13. Oficie-se, nos termos dos incisos VIII e X, do art. 99, da LRF, aos seguintes órgãos/autoridades/setores:

a) Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para que proceda à anotação da falência no registro do devedor, a fim de que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 desta Lei;

b) Diretor(a) de Fiscalização do Banco Central do Brasil para que, conforme artigo 121 da Lei de Falências, seja determinado aos Bancos e Instituições financeiras que PROCEDAM AO IMEDIATO ENCERRAMENTO DAS CONTAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS existentes em nome da empresa falida, informando de imediato a este Juízo a EFETIVAÇÃO DO ENCERRAMENTO, O NÚMERO DAS CONTAS ENCERRADAS E O SALDO CREDOR OU DEVEDOR E O ENDEREÇO DA RESPECTIVA AGÊNCIA. Ademais, eventuais saldos existentes nas contas da empresa falida deverão ser transferidos para uma conta judicial à disposição deste Juízo em nome da massa falida. Saliento que não há necessidade de informações quando da ocorrência de "nada consta";

c) Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis do Distrito Federal, para determinar que realizem a(s) anotação(ões) de indisponibilidade de todos os bens imóveis pertencentes à empresa falida, face à decretação da falência, considerando que após a decretação da falência todos os credores da Massa Falida se sujeitam ao Juízo Falimentar, aliado ao fato de que o falido fica proibido de praticar qualquer ato de disposição ou oneração de seus bens, submetendo-os preliminarmente à autorização deste juízo e do Comitê de Credores, quando houver. Após a(s) devida(s) anotação(ões) de indisponibilidade, REQUEIRO que seja(m) encaminhada(s) a este Juízo a(s) Certidão(ões) de Ônus do(s) imóvel(is) correlato(s). A massa falida tem gratuidade de justiça;

d) Oficiais dos Cartórios de Notas e/ou Protestos de Títulos do Distrito Federal, para que informem a este Juízo qual a data do primeiro protesto tirado contra a empresa falida;

e) Oficial(is) do Cartório de Distribuição da Justiça Federal e Oficial(is) do Cartório de Distribuição da Justiça do Trabalho, para que, em cumprimento ao art. 6º, § 6º, da Lei 11.101/2005, informem a este Juízo todas as ações já distribuídas em nome da falida ou que venham a ser propostas contra a devedora;

f) Excelentíssimos Senhores Juizes(as) do E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, das Varas Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal e das Varas do Trabalho do Distrito Federal), informando que:



f.1) diante da universalidade do juízo falimentar, foi decretada a suspensão das eventuais ações ou execuções em curso contra o ora falido (art. 99, inciso V, da LFRE), ressalvadas as ações em que se demandar quantia ilíquida (art. 6º, §1º, da LFRE) e as ações de natureza trabalhista (art. 6º, §2º, da LFRE);

f.2) deverão providenciar a remessa de todos os bens e valores eventualmente apreendidos a este juízo universal, os quais comporão o ativo da massa, nos termos do § 3º, do art. 108, da Lei 11.101/2005;

f.3) em face da universalidade deste juízo falimentar, todos os atos de disposição patrimonial (atos de execução) contra a Empresa Falida são de competência exclusiva desta Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal.

f.4) considerando os esclarecimentos prestados, não é necessária a expedição de mandado de penhora no rosto dos presentes autos, já que os créditos serão habilitados na forma acima especificada e serão oportunamente pagos na ordem da classificação legal.

Confiro à presente sentença **FORÇA DE OFÍCIO**.

DOS CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA

14. Nos termos do art. 7º-A da LF, instauro incidente de classificação de crédito público e determino a intimação eletrônica da Fazenda Nacional e da Fazenda Pública do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente diretamente ao administrador judicial a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

Esclareço que o incidente deverá ser processado em autos apartados, cabendo ao ente fazendário realizar a sua distribuição. **Assim, caso o incidente seja distribuído incidentalmente nestes autos, determino, desde já, o cancelamento dos pedidos (IDs).**

DOS ESCLARECIMENTOS FINAIS

Defiro a gratuidade de justiça à massa falida. **Anote-se.**

À Secretaria para:

A. Anotar a gratuidade de justiça deferida à massa;

B. Cadastrar as Fazendas e intimar, via sistema, devendo ainda, se o caso, proceder ao cancelamento dos incidentes de classificação de crédito público eventualmente juntados os autos, nos termos do item 10 e do item 14.



C. Realizar as pesquisas patrimoniais nos termos dos itens 7, 8 e 9;

D. Expedir, **com urgência**, o mandado de lacre nos termos do item 6 para cumprimento em regime de plantão;

E. Expedir o edital de intimação do(s) sócio(s) administrador(es) nos termos do item 12, caso necessário.

F. Encaminhar esta sentença com força de ofício nos termos do item 13;

G. Apresentada a relação de credores, expedir o edital de publicação desta sentença e da relação de credores, nos termos do item 11.

Brasília/DF, datado e assinado eletronicamente.

JOÃO HENRIQUE ZULLO CASTRO
Juiz de Direito.

